



Redução da Inadimplência: Ações Inovadoras para Redução de Débitos oriundos do Compartilhamento de Infraestrutura com Empresas de Telecomunicações

Tema: Recuperação de crédito - Inadimplência

Autores: Narjara Bolentini Viana Camelo, Gleyvia Cardoso da Silva Cruz, Rebecca Coelho Cavalcante

Co-Autores: Paulo Cesar Tavares Filhos, Rodolfo Nunes Ferreira Batista, Ronne Peterson Amaral

Empresa: Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S.A.

Resumo

Este trabalho aborda a **negociação** de um débito de **R\$8,2 milhões** entre uma empresa de telecomunicações e a concessionária de energia, especificamente no contexto do **compartilhamento de infraestrutura** para a instalação de cabos de internet.

O plano de ação consistiu em aplicar penalidade de **rescisão contratual por inadimplência e retirada de cabos** prevista em contrato firmado, após notificações e ações de cobrança administrativas, que sucedeu posteriormente em diversas **negociações** de débitos de empresas de telecomunicações, superando **R\$ 23 milhões de redução da inadimplência** de empresas de telecomunicações com compartilhamento de infraestrutura na Energia Tocantins.

1. Introdução

A inadimplência no **compartilhamento de infraestrutura** entre empresas de energia elétrica e de internet no Brasil é um problema recorrente e complexo. Esse compartilhamento refere-se à utilização dos postes de energia elétrica para a instalação de cabos de fibra óptica e outros equipamentos de telecomunicações, facilitando a expansão das redes de internet.

Existem várias questões envolvidas que contribuem para a **inadimplência**:

1. **Regulação e Normatização:** A regulação sobre o compartilhamento de postes nem sempre é clara e eficaz, o que gera disputas entre as empresas quanto aos direitos de uso, responsabilidades e pagamentos.
2. **Custos e Tarifas:** O custo para as empresas de telecomunicações utilizar os postes muitas vezes é alto, devido às tarifas cobradas pelas concessionárias de energia. Isso pode levar a atrasos nos pagamentos ou negociações prolongadas.
3. **Demanda Crescente:** Com o aumento da demanda por serviços de internet de alta velocidade, há uma pressão adicional para o uso dos postes, o que pode sobrecarregar a capacidade de gestão e manutenção das estruturas.
4. **Disputas Jurídicas:** Disputas legais entre as empresas de energia e telecomunicações também são comuns, muitas vezes resultando em impasses que dificultam o processo de compartilhamento.

Em muitos casos, surgem desafios financeiros relacionados ao pagamento das tarifas de compartilhamento, o que pode levar à inadimplência.

No cenário em questão, o acúmulo de débitos elevados relacionados aos aluguéis de postes para empresas de internet, principalmente locais, levou a distribuidora a adotar medidas rigorosas, incluindo a **rescisão contratual** e posteriormente a **retirada da infraestrutura compartilhada**, com o objetivo de proteger seus interesses financeiros e garantir o cumprimento das obrigações contratuais, evitando, desta forma, discussões relacionadas ao valor do preço de compartilhamento e, conseqüentemente, o debate do tema na Câmara de Conflitos prevista na Resolução Conjunta nº 04/2014 da ANEEL/ANATEL.

Essa ação não apenas resultou na negociação do débito em questão, como também abriu precedentes para negociações com outras empresas inadimplentes.

Como resultado, a concessionária conseguiu **negociar** aproximadamente **R\$ 23 milhões**, evidenciando o impacto significativo dessas medidas na **redução da inadimplência** de empresas de **uso mútuo**, restabelecimento das condições contratuais, assim como prejuízos financeiros no resultado da companhia.

2. Desenvolvimento

O uso de **compartilhamento de infraestrutura** foi regulamentado em 1999 pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) e pela ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações), por meio da publicação da Resolução nº 01/1999. Essa resolução estabeleceu as diretrizes para o **compartilhamento da infraestrutura** de postes, regulamentando diversos aspectos importantes, como o contrato entre a concessionária, que é o "detentor" da infraestrutura, e o "solicitante", ou seja, a empresa de telecomunicações interessada no uso dessa infraestrutura.

Após algum tempo, a fim de trazer novas premissas, houve a publicação da Resolução 004/2014 que estabelece um valor de referência para ser adotado em processos de conflitos, define responsabilidades que devem ser cumpridas pela ocupante com ênfase as regras técnicas e traz também uma definição para ocupações não identificadas como "clandestinas" e como elas precisam ser tratadas.

Por fim, em 2022 a ANEEL publicou a Resolução 1044/2022 que estabelece o **compartilhamento de infraestrutura** como um procedimento a ser adotado para concessionárias e permissionárias de energia elétrica, a qual reforçou vários aspectos já anteriormente discutidos, como por exemplo a necessidade de firmar contrato entre as "partes" e como tratar ocupações à revelia, ocupações clandestinas e sem identificação.

A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) estabeleceu, em 2014, um valor de referência de R\$ 3,19 por ponto de fixação nos postes para as empresas de telecomunicações. No entanto, estudos indicam que o mercado de aluguel de postes movimenta cerca de R\$ 12,5 bilhões por ano, com as distribuidoras de energia recebendo menos da metade desse montante devido à modicidade tarifária. Essa discrepância gerou tensões entre as partes envolvidas.

A agência reguladora tem trabalhado na definição de metodologias para precificação dos pontos de fixação nos postes, considerando fatores como custos de fiscalização, censo e inadimplência. Em uma nota técnica, a ANEEL indicou um valor de referência de R\$ 4,43 por ponto de fixação, buscando equilibrar os interesses das partes envolvidas, contudo o tema permanece em discussão com o setor.

Durante a pandemia de COVID-19, houve um aumento significativo na judicialização envolvendo o preço do aluguel de postes cobrados pelas distribuidoras de energia elétrica das empresas de telecomunicações. Esse movimento foi impulsionado por vários fatores:

1. Aumento da Demanda por Internet

Com a adoção massiva do trabalho remoto, ensino a distância e maior uso de serviços online, a demanda por internet de alta velocidade disparou. Isso fez com que as empresas de telecomunicações precisassem ampliar suas redes, muitas vezes utilizando postes de energia elétrica para instalação de cabos de fibra óptica.

2. Alegação de Tarifas Excessivas

As empresas de telecomunicações passaram a questionar os valores cobrados pelas distribuidoras de energia pelo uso dos postes. Argumentavam que os preços eram excessivos, acima do permitido pela regulamentação, e que variavam de forma injustificada entre diferentes regiões do país.

3. Impacto Econômico da Pandemia

A pandemia agravou os problemas financeiros de muitas empresas, que passaram a buscar na Justiça a redução dos custos operacionais, incluindo os valores pagos pelo uso de postes. Essas empresas alegavam que os valores cobrados pelas distribuidoras eram inviáveis em um cenário de crise econômica.

4. Decisões Judiciais

Os tribunais começaram a ser acionados para decidir sobre os preços cobrados. Em alguns casos, decisões liminares determinaram a aplicação do valor de referência da ANEEL enquanto o mérito das ações não era julgado. Outras decisões questionaram práticas de cobrança retroativa por parte das distribuidoras. No caso da Energisa Tocantins, foram propostas 26 ações sendo que apenas duas contaram com liminar favorável às empresas de telecomunicações, conforme figura 1, à aplicação do preço de referência previsto na Resolução Conjunta nº 04/2014 ANEEL/ANATEL.

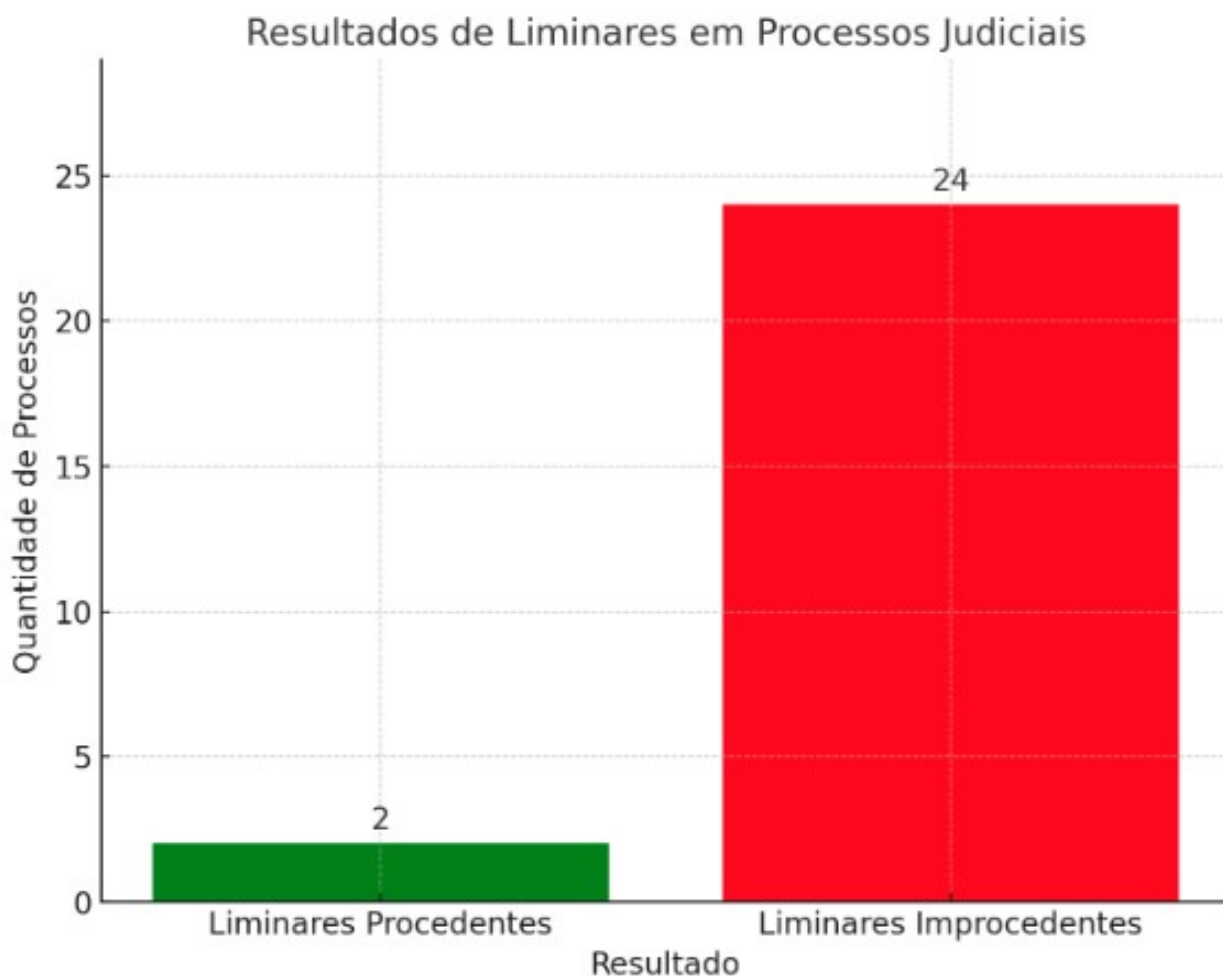


Figura 1 - Situação das ações judiciais propostas. Fonte: A autora (2025)

No transcorrer das ações tanto a primeira instância quanto o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins firmaram entendimento de que os valores cobrados pela Distribuidora a título de cessão de uso da estrutura de postes foram livremente pactuados e entre as partes contratantes e que o valor indicado na Resolução Conjunta 04/2014 da ANEEL/ANATEL era tão somente de referência.

Este cenário possibilitou a implementação do **Plano de Ação**, visto que manteve os valores objeto das cobranças que fundavam a rescisão por descumprimento do contrato (inadimplemento do preço pactuado).

Impactos no Setor:

1. Para as Distribuidoras: O aumento das disputas judiciais trouxe incertezas financeiras, já que as empresas de telecomunicações passaram a depositar os valores em juízo ou suspender parte dos pagamentos, aumentando significativamente a **inadimplência** e prejuízos em seus resultados.
2. Para as Telecomunicações: O custo do aluguel de postes dificultou a expansão das redes, especialmente em áreas remotas, onde o retorno financeiro é mais baixo.

O contrato firmado entre a concessionária e a empresa de telecomunicações estabelece uma relação de **compartilhamento de infraestrutura** e embora o contrato tenha mantido os preços de mercado, havia um problema significativo, pois a empresa usufruía dessa **infraestrutura compartilhada** sem efetuar os pagamentos devidos à concessionária.

O contrato precisa ser cumprido de forma integral, e a falta de pagamento pode levar à rescisão do acordo ou a processos legais para recuperar os valores devidos.

A partir desse contexto e com risco de provisionamento alto para Perdas em seus resultados, o que aumentaria significativamente a PECLD (Provisão para Perda de Crédito de Liquidação Duvidosa) da Energisa Tocantins, e após rigorosa análise dos setores regulatórios, jurídico, comercial e de gestão de contratos de empresas de telecomunicações, decidimos por adotar a **rescisão contratual** por inadimplemento para as principais empresas inadimplentes, iniciando pela de maior valor, que alcançava o montante de R\$ 8,2 milhões de reais **inadimplência**.

O **plano de ação** consistia em garantir o cumprimento das ações de cobrança administrativas, dentre elas, envio de notificações citando o descumprimento contratual e falta de cumprimento das obrigações, cobranças telefônicas, e-mail e whatsapp, negativa de aprovação para novos projetos, inscrição aos órgãos de proteção ao crédito.

Feitas todas as ações administrativas possíveis, executaríamos a cláusula de **rescisão contratual** por **inadimplência**, e que consistia nas seguintes etapas:

1. Notificar administrativamente sobre o risco de distrato;
2. Comunicação à grandes clientes e órgãos públicos;
3. Notificar distrato;
4. Paralisar o faturamento;
5. Levantamento de capacidade de remoção e rotas;
6. Execução da remoção.

A **rescisão contratual por inadimplência** é penalidade prevista nos contratos celebrados entre a distribuidora e empresas de telecomunicações. No caso da Energisa Tocantins a cláusula que prevê a rescisão por inadimplemento é a Cláusula 9ª, item (b). A consequência da **rescisão contratual**, é que a empresa a partir do momento que não tem contrato vigente, passa a estar em situação clandestina, se tornando passível de remoção de cabos.

Os contratos de compartilhamento, utilizados pela Energisa atendem as requisições regulatórias e em resumo possuem as seguintes penalidades para os casos de inadimplência:

- Justa Causa: Rescisão imediata por falta de pagamento ou reincidência em infrações de segurança, com a DETENTORA podendo retirar equipamentos.
- Consequências da Rescisão: Interrupção do compartilhamento sem isenção de pagamento até completa desocupação; multa de 10% sobre valores devidos em casos específicos.
- Multa: Multa de 30% sobre o valor VCM - Valor de Compartilhamento Mensal, com multa de mais 1% ao dia; multiplicado pelos agravantes definidos por tipo de inadimplemento. A multa está limitada a 12x o valor mensal.
- Remoção de Equipamentos: A DETENTORA pode remover equipamentos da OCUPANTE após notificação, se não houver regularização.

A partir desse entendimento, colocamos em prática o **plano de ação** na Energisa Tocantins e executamos todas as suas etapas conforme planejadas, em que pese a retirada da **infraestrutura de compartilhamento**, evidenciado na figuras 2 e 3 abaixo, resultar em um impacto significativo nas operações da empresa, que passou a enfrentar dificuldades para manter seus serviços, além de possíveis implicações legais e regulatórias com seus clientes devido ao não cumprimento das condições estabelecidas no contrato, resultando em reclamações nos órgãos de proteção ao consumidor, situação que trouxe a empresa finalmente a dar início em um processo de **negociação** com a distribuidora.



Figura 2 - Início da remoção de cabos da empresa de telecomunicações inadimplente. Fonte: A autora (2024)



Figura 3 - Início da remoção de cabos da empresa de telecomunicações inadimplente. Fonte: A autora (2024)

3. Conclusão

A quebra contratual e as dificuldades financeiras que impediram a quitação do débito acumulado, demonstram os desafios enfrentados pela "**solicitante**" em sua gestão, afetando sua capacidade de honrar compromissos e manter a continuidade dos serviços.

A solução adotada então foi a aquisição da empresa inadimplente por um novo proprietário, proporcionando uma oportunidade essencial para a reestruturação e resolução das pendências financeiras, que somavam cerca de **R\$ 8,2 milhões**.

Foi celebrado então um instrumento de cessão de ativo e assunção de dívida, em que a **cedente** portadora da dívida cedia à **cessionária** (empresa adquirente), a posse de toda a estrutura de rede física e projetos aprovados compartilhada com a **anuenta**, assumindo o passivo da cedente junto à distribuidora e negociando direto com esta.

Foi ainda pactuada a desistência da demanda judicial em trâmite e a prestação de garantia mediante a alienação fiduciária de imóvel rural em valor superior ao do passivo repactuado.

Além dessa negociação, como resultado, a concessionária conseguiu recuperar mais de **R\$ 15 milhões** de outras empresas inadimplentes entre os anos de 2023 e 2024 conforme evidenciado na figura 3, demonstrando o impacto positivo dessas medidas na regularização da situação financeira e no restabelecimento das condições contratuais.

Importante pontuar que as demais negociações não necessitaram de aplicação da rescisão contratual e retirada de cabos. A partir da repercussão do caso da primeira empresa que aplicamos o plano de ação, as demais empresas inadimplentes do segmento nos procuravam a partir da primeira notificação administrativa, ou mesmo de forma proativa buscando dos débitos pendentes, facilitando para que as negociações ocorressem de forma amigável entre as partes.

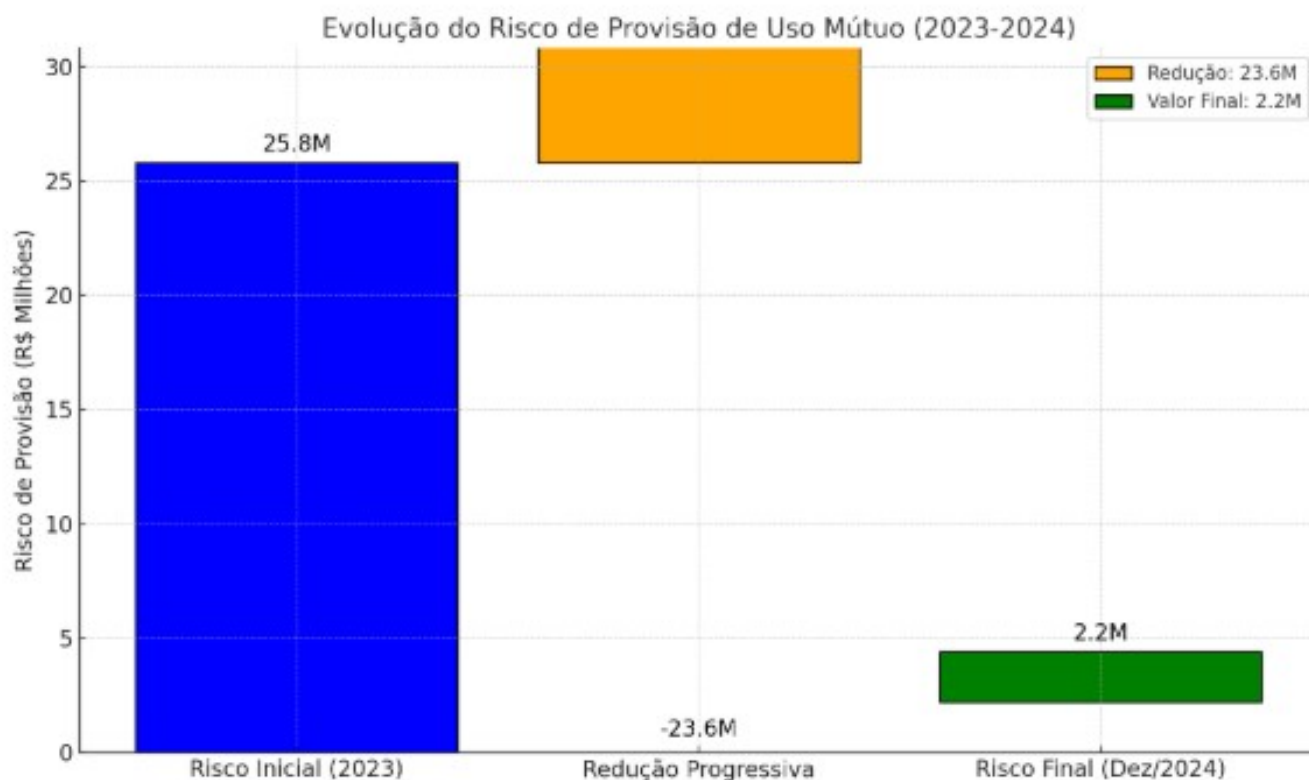


Figura 3 - Redução da inadimplência dos débitos de uso mútuo em 2023 e 2024 na Energisa Tocantins. A autora (2025).

Esse valor teria um efeito direto na **PECLD** (Provisão para Perda de Crédito de Liquidação Duvidosa), refletindo uma significativa melhoria nas perspectivas financeiras da empresa, recuperação de receita e na redução dos riscos relacionados à inadimplência.

4. Referências bibliográficas

BRASIL. Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL); Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL). *Resolução conjunta nº 01, de 31 de março de 1999*. Diário Oficial da União, Brasília, 31 mar. 1999.

BRASIL. Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL); Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL). *Resolução conjunta nº 04, de 25 de novembro de 2014*. Diário Oficial da União, Brasília, 26 nov. 2014. Seção 1, p. 30.

BRASIL. Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). *Resolução normativa nº 1044, de 22 de dezembro de 2022*. Diário Oficial da União, Brasília, 18 fev. 2022. Seção 1, p. 10.

Governo Federal (Anatel). **Anatel aprova regulamento sobre compartilhamento de postes**. Disponível em: <https://www.gov.br/anatel/pt-br/assuntos/noticias/anatel-aprova-regulamento-sobre-compartilhamento-de-postes>. Acesso em: 17 jan. 2025.

TeleSíntese. **De Luca: Nota técnica da Aneel indica R\$ 4,43 por ponto no poste.** Disponível em: <https://www.telesintese.com.br/de-luca-nota-tecnica-da-aneel-indica-r-443-por-ponto-no-poste/>. Acesso em: 17 jan. 2025.